



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681072 - PR (2021/0224389-2)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : RENATO ANTONIO PAPPOTTI
ADVOGADO : RENATO ANTÔNIO PAPPOTTI - SP145657
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PACIENTE : MILER MIRANDA SENA
CORRÉU : LUIZ ANTONIO ALVES

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MILER MIRANDA SENA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO (Apelação Criminal n. 5014608-76.2018.4.04.7003/PR).

O paciente foi condenado à pena de 4 anos e 3 meses de reclusão em regime inicial fechado e ao pagamento de 272 dias-multa, pela prática do delito previsto no art. 332, parágrafo único, c/c o art. 29, ambos do Código Penal, sendo-lhe negado o direito de recorrer em liberdade (fls. 114-142).

O impetrante afirma que, interposto recurso de apelação, teria sido provido pelo Tribunal de origem, reduzindo-se a pena do paciente para 3 anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicial aberto, sendo a pena privativa de liberdade substituída por duas restritivas de direitos.

Alega que o paciente sofre constrangimento ilegal, tendo em vista que o Tribunal *a quo* teria remetido ao Juízo de primeiro grau apenas o voto do relator vencido, razão pela qual foi expedido mandado de prisão contra o paciente.

Requer, liminarmente e no mérito, seja expedido contramandado de prisão em favor do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, o impetrante não juntou aos autos a cópia do acórdão que julgou a apelação criminal do paciente. A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, além de cópia do acórdão proferido nos autos da Apelação Criminal n. 5014608-76.2018.4.04.7003/PR.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente